

## APRESENTAÇÃO

---

Luiz Panhoca<sup>1</sup>

É com muito orgulho que participo deste número da Revista Extensão em Foco, cujo mote é o trabalho. Este tema é alvo de destaque nos debates acadêmicos, ou não, e acentuado quando da ocorrência de crises de emprego. Na Europa, nos anos 80 do século XX, cresce novamente o interesse neste tema e nos anos 90 passa a ser um problema mundial. No Brasil em 1996 é lançada a tradução do livro de Jeremy Rifkin<sup>2</sup> (1996) denominado “O fim dos empregos” que, ao longo de suas 348 páginas, apresenta um alerta para a sociedade americana dos impactos das novas tecnologias de informação e comunicação. Dizia ele das mudanças nas relações sociais, competitividade, globalização e do impacto “radical” nas relações de trabalho. Segundo, ainda Rifkin, a sociedade deveria reconstruir “milhares de comunidades e criar forças que floresçam independentes do mercado e do setor público” (p. 263), criar uma visão alternativa “impregnada no *ethos* da transformação pessoal, da restauração da comunidade e de uma consciência ambiental ganhasse larga aceitação para a era pós-mercado” (p. 270). Como solução aponta “programas para educar os jovens, resgatar a vida familiar e construir um senso de confiança mútua no futuro” (p. 281). Outros autores como Bourdieu, Coja, de Masi, Morin etc. poderiam ser citados, a maioria deles aponta para a construção de um enfoque filosófico onde a razão do homem venha antes, muito antes, dos interesses econômicos. A razão como um compute, um mecanismo da mente, do cérebro que se traduz por um conjunto de regras que se utiliza pra conhecer determinadas coisas. Colocar o homem acima e à frente da economia significa entender as dimensões do homem: (i) o *homem indivíduo*, somos seres que criamos cultura; (ii) o *homem como sociedade*, somos produto da interação entre as unidades; e (iii) o *homem como espécie*, usamos a razão em todas as nossas atividades. Sob este enfoque, somos como homens, *sapiens, demens, faber, ludens, empiricus; imaginarius, economicus, consumans, prosaicus, poeticus* etc. Sob esta visão, a dimensão econômica não é nem mais, nem menos importante que as outras. Aqui, de novo resgatamos vários autores, entre eles destacamos Morin que, na série “Metodos” e no livro “Os sete saberes para a educação do futuro”, nos aproxima novamente do ensino como alternativa para entendermos esse problema do emprego. Acreditamos que só podemos solucionar um problema se entendermos esse problema. Acreditamos portanto que caminhamos para a Universidade e para a proposta de extensão como alternativa viável para um possível equacionamento desse problema.

Somos uma universidade, então se formula a seguinte questão: “Qual a relação entre universidade e trabalho?”. Buscamos resposta nas origens da universidade. A universidade é uma instituição secular e, segundo a Prof. Maria Lígia Coelho Prado, que surge no final do século XI em Bolonha, Itália, e depois, no século XII, Paris. Estes são os primeiros registros de universidade de ensino independentes das escolas religiosas. No Brasil é fundada a Escola de Cirurgia da Bahia em 1808 e, depois, a Faculdade de Direito de São Paulo e de Olinda, em 1827. A primeira universidade a oferecer cursos variados foi a do Rio de Janeiro, fundada em 1920. Já mais recente é a Extensão Acadêmica que surge na Inglaterra, na segunda metade do século XIX vinculada à ideia

1 Professor Adjunto de Contabilidade da UFPR, membro da ITCP/UFPR. E-mail: panhoca@ufpr.br

2 RIFKIN, JEREMY. *O fim dos empregos*. São Paulo: Makron, 1996.

de educação continuada. O modelo de Extensão norte-americano surgiu anos depois do modelo europeu, sendo caracterizado pela prestação de serviços na área rural e urbana. No Brasil, há indícios da prática da Extensão a partir de 1911, mas legalmente ela é registrada pela primeira vez em 1931, no Estatuto das Universidades. A extensão acompanha os percalços da história universitária no Brasil. Em nov. 1968 a Lei Nº 5.540, fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e em seu artigo 20, estabelecia que as “universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes” (texto Revogado pela Lei nº 9.394, de 1996). Posteriormente o artigo 207 da Constituição Brasileira enfatiza que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Já o Fórum Nacional de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras delineou as seguintes diretrizes: (1) *Interdisciplinaridade*, (2) *Articulação entre as atividades de Extensão, Ensino e Pesquisa*, (3) *Relação dialógica entre universidade e sociedade*, (4) *Relação social de impacto*.

Como parágrafo final, focamos em dois tripés, o primeiro está relacionado à integração do ensino, pesquisa e extensão e o segundo está relacionado ao conceito de complexidade. O primeiro tripé, ensino pesquisa e extensão, é aquele que deve ser o papel da universidade pública. A extensão tem um papel significativo, uma vez que ela está alinhada com as estratégias e propostas da própria instituição que a abarca. O segundo tripé é a complexidade. Ainda que a extensão tenha nas suas definições os conceitos da complexidade e interdisciplinaridade, ainda temos muito que estudar para incorporar todos estes conceitos no seu construir.

Os artigos a seguir são uma ampla discussão das propostas e das ações de alguns autores que apresentamos neste número da Extensão em Foco.

*Dossiê 01* Estudando a renda do trabalho da população rural: o caso de Palmitos, SC, da autoria de Luiz Panhoca e Olga Maria Panhoca da Silva apresenta-se uma introdução à discussão da renda do trabalho rural e urbano. Aborda-se a questão discutida por Eli da Veiga no novo rural brasileiro. O artigo foca no problema da renda do trabalho e se mostram os dados de um estudo empírico transversal de base populacional. Dentre as conclusões uma é que se deve sempre se ater ao fato de que a ação de extensão rural é diferente da ação de extensão urbana. Na zona rural a erradicação da pobreza não é suficiente por si, é preciso garantir a dignidade de viver com trabalho na sua própria terra, reunir a família em torno de sua própria mesa e se ter estabilidade de trabalho que garanta as necessidades básicas.

*Dossiê 02* Estresse, Resiliência e Qualidade de Vida dos trabalhadores da área da enfermagem da rede pública de saúde discute a temática sob enfoque educacional a nível de extensão e centra-se na questão da enfermagem e resiliência. O texto não apresenta divisões entre as partes, o que facilitaria e enriqueceria a sua compreensão. O mérito e originalidade deste trabalho estão na inclusão da resiliência aos estudos tradicionais de QVT e estresse, mesmo que as conclusões se limitem a sugestões para a área da saúde e me pareceram pouco inovadoras.

*Dossiê 03* Circuito Iguazu de Turismo Rural – CITUR: Perspectivas de Envolvimento e Trabalho, de autoria de João Henrique Pires, Hayrton Francis Ximenes de Andrade, Daniel Bethoven de Jesus, Denys Dosza e Sérgio Luiz Winkler, apresenta um contraponto ao atual cenário

do turismo globalizado, praticado massivamente e explorado por grandes grupos econômicos internacionais. Mostra a possibilidade de geração de renda para moradores do meio rural, aliada à viabilidade econômica, social e ambiental. Também aborda a questão da adjetivação de conceitos que dificultam a percepção das melhores práticas, a dinâmica do ambiente receptor, seu relacionamento com o meio ambiente, a complexidade do relacionamento entre público local e turistas. Apresenta a viabilidade de elaboração de um circuito alternativo de turismo em Foz do Iguaçu tendo como fundamentação teórica a Economia Solidária. Esta proposta de aproximação da Economia Solidária com o Turismo busca superar paradigmas individualistas, competitivos e concorrenciais e a inclusão dos atores populares locais nesses processos turísticos.

*Dossiê 04* O trabalho por trás dos resultados: os grupos universitários de pesquisa e extensão, da autoria de Olga Maria Panhoca da Silva, Mario Cesar Nascimento e Celeste Martina Skewes Guerra, assume o trabalho de pesquisa como indissociável da extensão e do ensino e apresentam neste artigo sugestões para o trabalho de investigações científicas em populações ou comunidades. Os autores mostram que resultados das investigações costumam ser mais fáceis de serem divulgados e apresentados do que a elaboração e a condução do trabalho da equipe no campo. A pesquisa e a extensão dependem do grupo e o sucesso repousa no empenho e nas habilidades deste. Por fim, o sucesso de uma ação de extensão não está só nos resultados desta, mas na contribuição da formação de um aluno em cidadão responsável, no prazer de se ver pessoas diferentes se tornarem uma equipe em torno de um trabalho sem ultrapassar a tênue linha do respeito às pessoas, o respeito à verdade, na sabedoria e na cultura da comunidade.

*Dossiê 05* Dez pontos de confluência sobre capital intelectual: uma investigação a partir do contexto de duas montadoras multinacionais de Caxias do Sul, que tem como autores Zolimar Vargas e Vilmar Alves Pereira, mostra a importância de se reter o capital intelectual dentro das organizações, e estabelece pontos de confluência sobre o capital intelectual em uma empresa do Município de Caxias do Sul e procura estabelecer uma proposta de intervenção para os fatores que afetam as equipes de trabalho desta empresa.

*Dossiê 06* Relato sobre a produção técnica do escritório de engenharia pública da Universidade Estadual de Feira de Santana, de Eufrosina de Azevêdo Cerqueira e Gerinaldo Costa Alves, apresenta uma análise da produção técnica do Escritório de Engenharia Pública da Universidade Estadual de Feira de Santana. O objetivo é divulgar a experiência dos autores no âmbito da comunidade universitária e da sociedade em geral para disseminar políticas e ações de assistência técnica gratuita para a população carente e conclui que existe uma demanda por esta e que os escritórios de Engenharia Pública têm um papel fundamental para resolver o problema da habitação de interesse social, observa ainda que a construção realizada sem acompanhamento técnico gera problemas para os envolvidos no processo.

*Dossiê 07* O desenvolvimento de programa de apoio aos micro e pequenos empresários da periferia das cidades de abrangência da AMIC. O artigo tem temática relevante e atual, desenvolve a argumentação sustentada em evidências levantadas em pesquisa bem elaborada, a conclusão aponta para questões inovadoras e importantes e fecha com o título e resumo.

*Dossiê 08* Modelo de gestão em desenvolvimento e produção de produtos em projetos sociais – projeto produção em foco é resultado de um projeto que cria um espaço de aprendizagem mútuo onde os alunos do curso de Engenharia de Produção possam trocar experiências com as pessoas envolvidas nos APLs. Este modelo está sendo utilizado no desenvolvimento de seis produtos que se encontram em diferentes estágios de maturidade. As ações realizadas mostram que o aprendizado mútuo, do tipo “ganha-ganha”, proporciona aprendizado aos alunos e geração de trabalho e renda para a população em situação de risco e vulnerabilidade social.